



STJ divulga teses sobre vício processual e contribuição previdenciária

04/06/2018

O Superior Tribunal de Justiça disponibilizou quatro novos temas na [Pesquisa Pronta](#), ferramenta que permite consultar temas jurídicos relevantes no âmbito da corte.

Direito Processual

No entendimento do STJ, a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado ao STJ na via do recurso especial, conforme o disposto na [Súmula 7](#).

Direito Previdenciário

Sobre a possibilidade de contagem recíproca do tempo de serviço prestado pelo servidor público como trabalhador rural, a jurisprudência do tribunal considera ser necessário recolher as contribuições previdenciárias pertinentes que se buscam averbar, em razão do disposto nos artigos 94 e 96, inciso IV, da [Lei 8.213/91](#) (Planos de Benefícios da Previdência Social).

Direito Processual Civil

Acerca da regularização de vícios processuais em recursos anteriores ao Código de Processo Civil de 2015, o STJ decidiu que, embora o novo código preveja a possibilidade de regularização de vícios de menor gravidade, a eventual aplicação da norma está restrita aos recursos interpostos contra decisões publicadas após a data inicial de vigência do CPC/15 — 18 de março de 2016.

Direito Bancário

A Corte Especial do STJ entende que é do município a competência para legislar sobre o funcionamento interno das agências bancárias, visto que o desempenho e, conseqüentemente, as atividades-meio dessas instituições são questões de interesse local. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2018-jun-04/stj-divulga-teses-vicio-processual-contribuicao-previdenciaria/>